



Dinâmica socioeconômica e organizacional em comunidade remanescente do quilombo Rio Gurupá, Marajó, Pará

Socioeconomic and organizational dynamics in remaining quilombo community Rio Gurupá, Marajó, Pará

Pablo Leal Rodrigues¹, Jamilly Brito Guimarães², Cyntia Meireles Martins³, Marcos Antônio Souza dos Santos⁴, Fabrício Khoury Rebello⁵

Resumo: O presente trabalho objetivou analisar a dinâmica socioeconômica e a organização em unidades familiares agroextrativistas da comunidade remanescente do quilombo Rio Gurupá, Município de Cachoeira do Arari, mesorregião do Marajó, estado do Pará. Trata-se de um estudo realizado por meio de pesquisa quanti-qualitativa, sendo os instrumentos metodológicos entrevistas em profundidade e questionários com perguntas abertas e fechadas, aplicados a 39 comunitários, o que representa 26% dos moradores da comunidade. Os resultados indicam que 79% dos produtores possui baixo nível de instrução (ensino fundamental incompleto e analfabetismo). As casas são de madeira, em sua maioria, e há grande carência de saneamento básico e acesso à água tratada. A partir da reconfiguração das atividades produtivas, culturais e ambientais, criam-se alternativas para o desenvolvimento das unidades familiares. Contudo, o extrativismo do açaí ainda é a principal atividade de mercado desenvolvida pela comunidade, enquanto as demais são voltadas para o autoconsumo, no período de entressafra do produto principal, ou mesmo, para complementação da renda familiar. A reconstrução e valorização dos recursos naturais e da identidade cultural da comunidade em questão estão intimamente relacionadas ao reconhecimento e incentivo da atividade extrativista, não somente como uma atividade de subsistência, mas como alternativa que pretende atribuir valor econômico à floresta em pé.

Palavras-chave: Amazônia; Comunidades tradicionais; Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: The present work aimed to analyze the socioeconomic dynamics and the organization in agroextractivist family units of the remaining community of quilombo Rio Gurupá, Municipality of Cachoeira do Arari, Marajó, state of Pará. It is a study carried out through quantitative research, Qualitative, with methodological tools being in-depth interviews and questionnaires with open and closed questions, applied to 39 community members, representing 26% of the community's residents. The results indicate that 79% of producers have low level of education (incomplete elementary education and illiteracy). The houses are mostly wood and there is a great lack of basic sanitation and access to treated water. From the reconfiguration of productive, cultural and environmental activities, alternatives are created for the development of family units. However, açai's extractivism is still the main market activity developed by the community, while the others are aimed at self-consumption, during the off-season of the main product, or even to complement the family income. The reconstruction and valorization of the natural resources and cultural identity of the community in question are closely related to the recognition and incentive of the extractive activity, not only as a subsistence activity, but as an alternative that seeks to attribute economic value to the standing forest.

Keywords: Amazon; Traditional Communities; Sustainable Development.

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 13/07/2016; aprovado em: 14/01/2017

¹ Eng. Agrônomo, Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Avenida Presidente Tancredo Neves, Nº 2501 - Terra Firme, UFRA, CEP: 66.077-830. Telefone: (91) 32105140. Belém-PA. E-mail: agronopablo@gmail.com;

² Eng. Agrônoma, Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Avenida Presidente Tancredo Neves, Nº 2501 - Terra Firme, UFRA, CEP: 66.077-830. Telefone: (91) 32105140. Belém-PA. E-mail: jamillyguimaraes19@gmail.com;

³ Eng. Agrônoma. D. Sc., Professora do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade da Amazônia - UNAMA, Professora do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos - ISARH da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Avenida Presidente Tancredo Neves, Nº 2501 - Terra Firme, UFRA, CEP: 66.077-830. Telefone: (91) 32105140. Belém-PA. E-mail: cyntiamei@hotmail.com;

⁴ Eng. Agrônomo. M. Sc., Professor do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos - ISARH da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Avenida Presidente Tancredo Neves, Nº 2501 - Terra Firme, UFRA, CEP: 66.077-830. Telefone: (91) 32105140. Belém-PA. E-mail: marcos.santos@ufr.edu.br;

⁵ Economista. D. Sc., Professor do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos - ISARH da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Avenida Presidente Tancredo Neves, Nº 2501 - Terra Firme, UFRA, CEP: 66.077-830. Telefone: (91) 32105140. Belém-PA. E-mail: fabriciorebello@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Na região amazônica, os registros da utilização de mão de obra negra e escrava em larga escala, datam da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, em 1755 (ACEVEDO; CASTRO, 2008). A escravidão negra foi impulsionada devido à resistência indígena à escravidão e a sua proibição pela igreja católica, que considerava o índio como o bom selvagem, puro e sem maldade, que deveria ser moldado pelas diretrizes da igreja. Assim, a mão de obra escrava negra foi a solução encontrada para os monocultivos presentes no território amazônico e para o desenvolvimento de outras atividades extrativas.

A partir do processo de redemocratização do País na década de 1980, houve um crescimento da mobilização das comunidades negras rurais, em prol do reconhecimento legal da existência desses grupos e leis que garantissem os seus direitos de residência e identidade. No ano de 2007, o Decreto de 6.040/07 reconhece as populações remanescentes de quilombo, mocambos, terras de pretos, comunidades rurais negras, como parte integrante entre os povos e comunidades tradicionais, garantindo-lhes o direito à titulação das áreas tradicionalmente ocupadas (BRASIL, 2007).

Contudo, até o momento, não há um consenso referente ao número exato de comunidades remanescentes de quilombos no país. Mas, dados oficiais da Fundação Palmares, atualizados em 23 de fevereiro de 2015, totalizam 2.474 comunidades nas cinco regiões do Brasil. A maioria está concentrada nos estados da Bahia, Maranhão, Pará, Minas Gerais e Pernambuco.

O estado do Pará possui 227 comunidades certificadas pela Fundação Palmares. Entretanto, segundo o Instituto de Terras do Pará (ITERPA, 2009), estudos mais recentes apontam para a existência de mais de 400 (quatrocentas) comunidades, distribuídas pelo estado. A autoidentificação destes grupos e sua organização social interna demonstraram um aumento considerável de comunidades que se definem remanescentes de quilombos, devido à necessidade de garantir a legitimidade do território em que residem e impedir as constantes tentativas de usurpação por grileiros ou posseiros.

Dentro deste contexto, estas comunidades negras rurais, como qualquer outra população tradicional, têm nas atividades extrativas a sua principal fonte de manutenção de vida e geração de renda. Sendo a sazonalidade da produção e a dependência do ciclo natural do recurso a ser extraído, as principais características desta atividade.

A comunidade Rio Gurupá, localizada na mesorregião do Marajó, assim como as demais populações tradicionais, encontra no extrativismo a principal opção econômica de sustentação da vida doméstica. Referente a isto, a principal estratégia de sobrevivência atualmente exercida por estes, está relacionada à extração do fruto do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) devido o aumento da demanda pelo fruto, o que possibilita um rápido acesso à renda, realocando os demais produtos extrativistas para o segundo plano ou somente para o autoconsumo.

Vale frisar que os benefícios governamentais também exercem um papel de destaque (seguro defeso e bolsa família) que representam estratégias alternativas ou até mesmo primordiais de complementação de renda da economia doméstica, reafirmando seu papel para a sustentação da unidade familiar no meio rural.

Estudos como de Quaresma et al. (2015) destacaram que, quanto ao acesso a recursos externos, 80% das famílias rurais pesquisadas recebiam algum tipo de benefício da previdência, principalmente, o Bolsa Família, enquanto 36% dos entrevistados acessavam a aposentadoria rural, contribuindo significativamente na composição da renda familiar.

Sendo assim, objetivou-se analisar, dentro desse universo territorial, a dinâmica socioeconômica e as características da organização das famílias agroextrativistas da Comunidade remanescente do quilombo Rio Gurupá no município de Cachoeira do Arari, mesorregião do Marajó, microrregião do Arari no estado do Pará, bem como a relevância dessas atividades para a manutenção da vida e as estratégias de sobrevivência na comunidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

A área da pesquisa está localizada no arquipélago do Marajó, mesorregião do estado do Pará, reconhecida como Área de Proteção Ambiental (APA), sendo que esta compreende 16 municípios, os quais compõem as microrregiões de Arari (Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure), Furos de Breves (Afuá, Anajás, Breves, Currealinho e São Sebastião da Boa Vista) e Portel (Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel), com um total de 104.140 km². Por ser uma área de proteção e conservação, traz restrições em relação ao uso do solo.

O município de Cachoeira do Arari surgiu no período colonial no século XVIII, com a chegada dos jesuítas, e, por seguinte, a fundação das fazendas de gado da Missão, iniciando a colonização do médio e alto Arari. A extensão territorial compreende 3.100,261 km², com uma população estimada em 22.449 habitantes no ano de 2015, sendo que a população rural compreendia 64% do total durante o ano de 2010, segundo o censo demográfico 2010 (IBGE, 2015).

O clima segue um regime pluviométrico anual definido por estação seca e chuvosa, capaz de garantir os níveis hídricos necessários à constituição de uma biodiversidade local específica.

É neste universo territorial, que está inserida a Comunidade Rio Gurupá, que fica a 45 km da sede do município. Trata-se de uma comunidade remanescente de quilombo composta basicamente por unidades familiares de base econômica agroextrativa, sendo estas atividades compreendidas, por extração vegetal, pesca artesanal, roçado e criação de animais (bubalinos, bovinos, aves e suínos).

A dependência em relação às atividades extrativistas determinou o padrão de localização da população na ilha, de tal forma que a maioria da população se distribuiu por pequenos povoados, localizados geralmente nas confluências dos rios e igarapés (BARBOSA et al., 2015).

A comunidade Rio Gurupá, territorialmente é organizada em oito microcomunidades, que os próprios habitantes denominam setores, sendo estas divisões reconhecidas segundo Acevedo e Castro (2008) como: i) Igarapé Bom Jesus ou Toromba; ii) Igarapé da Roça; iii) Baixo Gurupá; iv) Tapera; v) Rio Gurupá (mais especificamente a margem esquerda); vi) Campinho ou Campo Alegre; vii) Aracajú e viii) Cabeceira.

Sua extensão territorial equivalente a 12.852 ha, constituído por aproximadamente 150 famílias, demonstrando uma comunidade com alta densidade populacional e com características distintas, devido à localização dos seus setores dentro deste universo, podendo haver, em certas áreas, a intensificação de conflitos territoriais ou a concentração de infraestruturas básicas.

É possível inferir que estas realidades sociais, aliadas a heterogeneidade populacional, determinem a composição da identidade coletiva da comunidade, sendo o território a ferramenta fundamental, para a reprodução e manutenção das suas relações socioeconômicas e culturais.

Levantamento e análise dos dados

As técnicas de obtenção de dados foram levantamento bibliográfico (fase exploratória e problematização do tema), observação *in loco*, aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas e entrevistas em profundidade. Os dados foram coletados junto a 39 unidades familiares do território, ou seja, 26% do universo de 150 famílias existentes na comunidade.

Para atingir o objetivo proposto, os questionários foram divididos em quatro blocos. No primeiro bloco, identificou-se o perfil do produtor e da família. No segundo, as condições de infraestrutura, habitação e saúde. No terceiro, os sistemas de produção e comercialização e o quarto bloco contemplou questões relacionadas ao associativismo, assistência técnica e crédito.

Os dados obtidos foram tabulados e organizados em planilha eletrônica Microsoft Excel 2010 que auxiliou a análise estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos produtores

A média de idade dos entrevistados, diretamente responsáveis pela produção extrativista foi de 37 anos, com amplitude variando de 21 a 66 anos, o que significa dizer que esses extrativistas se encontram em plena idade produtiva para exercer atividades laborais. O tempo médio de residência é de aproximadamente 27 anos, configurando famílias que já possuem experiência e conhecimento local, fator importante na relação com o meio ambiente e o uso de recursos naturais.

A média de filhos por família foi igual a quatro, o que demonstra uma nova configuração familiar dentro da comunidade, reflexo das novas dinâmicas sociais que reduz o número de filhos por família. Vale frisar que em territórios ainda não intensamente modificados, com carência de ramais e estradas com condições adequadas de tráfego, o crescimento do número de membros por família era significativo, sendo a força de trabalho braçal fator determinante para garantir o desenvolvimento do território e o sucesso do aumento da renda.

Contudo, o tamanho das famílias rurais sofre transformações lentas e continuam sendo maiores do que as domiciliadas em áreas urbanas, devendo ser considerados fatores como diferenciação geográfica e cultural (ALVES; MOTA, 2012).

A média de escolaridade encontrada na comunidade demonstra que 56% dos membros familiares entrevistados, apresentam apenas o nível de ensino fundamental incompleto, ofertado pela escola presente no território. Neste nível de ensino estão os mais antigos membros da comunidade e os

que iniciaram os trabalhos ainda cedo. A baixa escolaridade pode restringir o acesso à inovação tecnológica e informações, como a disponibilidade de crédito, importantes para o desenvolvimento da atividade agroextrativista na comunidade.

Na comunidade, 23% dos entrevistados não são alfabetizados, compondo este percentual, os mais antigos da comunidade, especialmente os acima dos 60 anos. Observa-se um percentual baixo, na categoria de ensino fundamental completo, apenas 3%. Entretanto, constata-se um aumento na conclusão do nível de ensino médio (10%), seguido de 8% do ensino médio incompleto. São os jovens da comunidade que buscam o ensino médio, ou, até mesmo, técnico, fora da comunidade, resultando na redução da força de trabalho nas unidades de produção familiar. Certamente, a falta de oferta de estrutura de ensino nos níveis médio e técnico ao causar o esvaziamento dos jovens na comunidade, contribui para o seu empobrecimento.

Constatou-se que a renda média das famílias entrevistadas é de R\$ 339,48/mês. Valor menor do que o salário mínimo vigente no ano de 2013, que era de R\$ 678,00. Essa renda, dividida pelo número médio de moradores por domicílio (seis pessoas), gera um valor médio de R\$ 56,58 *per capita* por mês. Quando considerada a renda proveniente de outras fontes como programas de transferências de renda governamental (Bolsa-Família e Seguro Defeso), a renda média mensal sobe para R\$ 420,44, gerando um valor médio *per capita* mensal de R\$ 70,07, o que representa um acréscimo de 23,85% na renda dessas famílias. Verifica-se com isso que as contribuições do governo são indispensáveis para o incremento da renda dos entrevistados.

Infraestrutura e saneamento básico

Ao analisar a infraestrutura das habitações na comunidade, os resultados obtidos mostraram que todos os entrevistados têm casas de madeira, devido à facilidade de obtenção deste material no território. Este modelo de habitação é muito comum na região amazônica, principalmente nas comunidades tradicionais.

Constatou-se que 74,35% dos moradores não possuem energia em suas residências, e que a principal fonte de geração de eletricidade na localidade, deve-se ao uso de motores, que funcionam como geradores de energia elétrica, sendo abastecidos por gasolina e diesel.

A energia disponibilizada por estes geradores é somente fornecida em determinados horários, sendo este, um fator limitante de produção por influenciar diretamente na conservação de diversos produtos processados, como seria o caso das polpas de frutas e de alimentos como pescados, carnes e hortaliças.

Como apenas 15,38% dos participantes da pesquisa possuem gerador próprio e os que dispõem de eletricidade em suas moradias correspondem a apenas 25,65%, isso reflete na aquisição de alguns bens duráveis, como por exemplo, a geladeira, que somente 12,82% dos moradores possuem em suas residências.

Destaque-se que a aquisição de bens duráveis está relacionada ao poder econômico para a compra de objetos de uso individual ou coletivo em uma residência. De acordo com o diagnóstico, os bens duráveis mais presentes na comunidade foram o fogão a gás, sendo encontrado em 87,17% das residências, reflexo da busca por produtos cada vez mais práticos e modernos em seu cotidiano, em detrimento dos

hábitos tradicionais, como o uso do forno a lenha e do carvão. Contudo, 30,76% dos entrevistados ainda possuem fogão a lenha.

Os que possuem máquina de costura correspondem a 41,02% e apenas 10,25% possuem bomba d'água. Quanto aos que dispõem de freezer, bicicleta e motor de barco, estes representam apenas 7,69% em cada um dos casos. Vale frisar que tais produtos podem tornar a vida cotidiana mais prática, contudo ainda tem seu uso restrito a minoria dos entrevistados em função da renda. Os que possuem antena parabólica são 5,12%, o que representa um artigo de luxo em meio às dificuldades de acesso a energia elétrica e rede de telefonia móvel na localidade.

Quanto ao acesso à água são comuns os problemas na região marajoara, relatados por diversas comunidades

tradicionais estabelecidas no entorno de seus rios. Esse retrato se mantém inalterado conforme a pesquisa de saneamento básico realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), que revelou que a região amazônica permanece apresentando o maior déficit nacional em termos de abastecimento de água, uma vez que 54,7% dos domicílios amazônicos não têm acesso à rede geral e que apenas 10,5% dos municípios da região possuem formas alternativas de abastecimento.

É válido destacar que a água do rio não serve somente para consumo e realização de atividades domésticas básicas (banho, lavar roupas, cozinhar), mas também, como depósito de dejetos fecais e de dispersão de lixo orgânico. A Tabela 1 aponta a relação dos municípios da microrregião do Arari, e o tipo de abastecimento de água utilizado por estes.

Tabela 1. Percentual (%) de domicílios segundo o tipo de abastecimento de água no Marajó, Estado do Pará.

Município	Água Encanada	Poço/ Nascente	Outros
Cachoeira do Arari	28	68	4
Chaves	13	15	72
Muaná	29	12	59
Ponta de Pedras	55	27	18
Salvaterra	57	43	1
Santa Cruz do Arari	65	11	24
Soure	66	25	9

Fonte: Adaptado de Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB/DATASUS, 2010

O município de Cachoeira do Arari aparece com 28% de utilização de água encanada, sendo que este percentual abrange tanto as áreas rurais quanto urbanas, e ainda corresponde a uma assistência deficiente, da rede pública de saneamento do município, que é confirmada por mais de 68% desta população, que ainda fazem uso de poço/nascente.

Com relação aos aspectos relacionados ao abastecimento de água da comunidade Gurupá, a análise dos dados identificou que 15,38%, utilizam a rede pública para suprirem suas necessidades, o que demonstra que a assistência dos serviços de rede pública de abastecimento é insuficiente, por vezes ausente, em grande parte do território da comunidade, comprometendo a saúde da população.

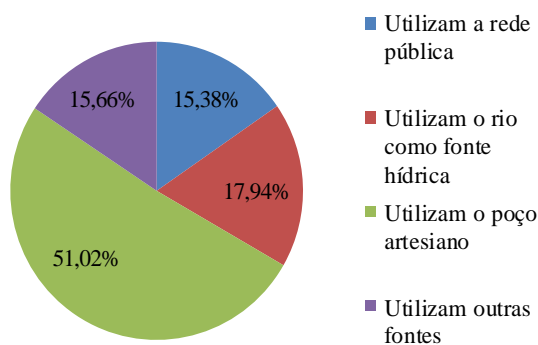
O diagnóstico revelou que 17,94% utilizam o rio como fonte de água para as suas necessidades, o que revela um percentual elevado, no que se refere à aquisição de água de qualidade por esses moradores, pois essa parcela demonstra uma vulnerabilidade maior a futuros problemas de saúde. Outros 15,66% recebem a água para consumo de outras

localidades, transportadas através de canoas e barcos. A grande parcela da comunidade, 51,02%, recorre ao uso do poço artesiano ou semiartesiano, como um reflexo na busca por uma melhor qualidade no consumo da água (Figura 1).

Quanto ao método adotado para o tratamento da água utilizada pelos entrevistados para o consumo, a análise demonstrou que o processo de filtração foi o mais comum entre os moradores, sendo realizado por 53,84% dos entrevistados. Os que fervem a água para o consumo representaram 7,69%. Os que não fazem nada para tratar a água representam 15,38%, o que revela uma parcela da comunidade mais exposta a doenças, devido à ingestão de água sem nenhum ou o mínimo tratamento para a sua ingestão.

Quanto aos que utilizam outras formas (23,09%), destaca-se o uso de hipoclorito de sódio, muito usado por sua ação desinfetante no tratamento da água, distribuído gratuitamente no posto de saúde da comunidade e do município (quando disponível).

Figura 1. Abastecimento de água utilizado na comunidade remanescente do quilombo Rio Gurupá, Marajó, Pará.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Na análise da instalação sanitária dos municípios, Cachoeira do Arari possui apenas 1,1% de sua população com rede de esgoto adequada, enquanto que 58,7% da população utilizam instalações do tipo fossa. Quase metade da população de Cachoeira do Arari (40,2%) faz uso de sanitários rústicos (céu aberto). Contudo pode-se notar uma diminuição tímida dos domicílios, que usam as fossas rústicas para construção de fossas, a partir de uma mudança gradual e lenta para um método de sanitários mais adequados e menos danosos ao ambiente e a própria saúde do usuário, como exposto na Tabela 2.

No que tange as instalações sanitárias na comunidade Gurupá, 15,38% não possuíam em sua residência sanitários adequados, mas sim, localizados fora da casa, em instalações que se apresentam como uma extensão da residência, e 25,64% utilizam banheiros rudimentares (a céu aberto), localizado aos fundos das residências ou até mesmo nas áreas florestais. A maioria dos moradores da comunidade (58,98%) possuem instalações sanitárias dentro de suas casas, com ou sem água corrente disponível.

Tabela 2. Percentual (%) de domicílios segundo o tipo de instalação sanitária no Marajó, Estado do Pará.

Município	Rede de Esgoto	Fossa	Céu Aberto
Cachoeira do Arari	1,1	58,7	40,2
Chaves	0,0	11,3	88,7
Muaná	0,1	17,6	82,4
Ponta de Pedras	11,2	33,1	55,6
Salvaterra	0,2	93,8	6,0
Santa Cruz do Arari	0,7	14,9	84,4
Soure	2,8	58,0	39,3

Fonte: Adaptado de Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB/DATASUS, 2010

Dentre os municípios pertencentes à microrregião do Arari, no ano de 2010, referente à destinação do lixo, o município de Cachoeira do Arari, possui o maior percentual de destinação dos resíduos pelo processo de queima, devido à ausência de coleta de lixo em diversas localidades do município, demonstrando a situação precária do saneamento básico do Arquipélago do Marajó (Tabela 3).

Na comunidade Gurupá, a destinação dos resíduos proveniente de suas atividades diárias é um fator de suma

importância, para que estas ações não ocasionem danos ao meio ambiente e a saúde da população local. Dentre os principais materiais descartados pela comunidade, os entrevistados apontaram: garrafas pet (polietileno), latas de alumínio, papelão, isopor, embalagens em geral e restos de vegetais, como sendo os principais resíduos produzidos pelas suas atividades cotidianas.

Tabela 3. Percentual de domicílios segundo destino do lixo no Marajó, Estado do Pará.

Município	Coleta	Queima	Céu Aberto
Cachoeira do Arari	9,1	79,7	11,1
Chaves	7,8	58,0	34,2
Muaná	28,5	51,0	20,6
Ponta de Pedras	38,3	38,5	23,3
Salvaterra	27,6	66,0	6,4
Santa Cruz do Arari	26,9	43,3	29,8
Soure	37,2	60,0	2,8

Fonte: Adaptado de Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB/DATASUS, 2010

Todos os participantes da pesquisa, responderam que a principal destinação do lixo é através da queima, em virtude da ausência da coleta no local. Essa realidade a médio ou longo prazo, acarretará danos respiratórios, principalmente em pessoas com faixa etária de certa vulnerabilidade, como idosos e crianças, além de possíveis problemas de irritações na pele e olhos, e o comprometimento do ecossistema da comunidade, como queimadas acidentais no território.

O arquipélago do Marajó está representado por dois Centros Regionais de Saúde – 7º e 8º (BARBOSA et al., 2015) sendo a microrregião do Arari, coberta pelo 7º, tendo o município de Cachoeira do Arari, um percentual de 87,8% de cobertura à saúde (SIAB/DATASUS, 2010), incluindo os centros urbanos e rurais. Entretanto, a alta rotatividade dos agentes de saúde, a distância e o transporte aos locais mais distantes do município, dificulta o estabelecimento e efetividade de programas de saúde na região.

Quanto aos dados analisados, referente às estruturas de saúde, serviços e métodos utilizados em tratamentos na

comunidade, todos os entrevistados apontaram a presença de posto de saúde ativo e com agentes de saúde a serviço, para atender a comunidade em determinados dias da semana.

A análise revelou ainda que 92,30% recebem visita dos agentes de saúde, demonstrando que a comunidade está assistida com relação a esse aspecto. O posto de saúde é procurado pela maioria dos moradores, em casos de doenças na família (45%), frente a 28% que utilizam ervas medicinais e remédios caseiros para a cura dos seus problemas de saúde. O posto de saúde funciona de segunda a sexta-feira, das 7 até às 13 horas, sendo que em casos de emergência, o mesmo é aberto após esse horário.

O posto conta com um enfermeiro que reside próximo. A presença de médicos, segundo relatos dos entrevistados, se dá de forma periódica, geralmente de três em três meses. Os que procuram hospitais públicos ou privados tanto na sede do município quanto na Região Metropolitana de Belém são 25%, e apenas 2% recorrem a benzedeiros e curandeiros, pessoas dotadas de conhecimento empírico sobre a cura de

torções, estiramentos musculares e que detêm receitas sobre macerados com ervas, folhas e frutos de espécies nativas da floresta para o tratamento de picadas de animais peçonhentos dentre outras enfermidades.

Constatou-se que a comunidade Gurupá, passa por uma transformação de valores e de identidade cultural, como observado nos resultados das análises, em que 28% utilizam as ervas medicinais como tratamento de doenças e somente 2% dos entrevistados recorre aos serviços dos curandeiros e benzedeiros do seu território. Há uma substituição gradual dos conhecimentos tradicionais que compõem a identidade cultural, que se refletem tanto nos tratos culturais, relação com a biodiversidade, relações internas entre os moradores e o manejo do solo.

O conhecimento tradicional é toda e qualquer prática empírica, transferida de geração para geração, sendo uma atividade natural das populações tradicionais como as ribeirinhas, remanescentes quilombolas, indígenas, castanheiros, seringueiros e caboclos. Entretanto, observa-se que a modernização da comunidade, acarreta em uma nova concepção de produção, cuidados com a saúde e relação com a natureza, ocasionando uma desvalorização cultural local e até mesmo dos detentores destes conhecimentos, como os moradores mais idosos, que são de fundamental importância para a manutenção e preservação destes conhecimentos.

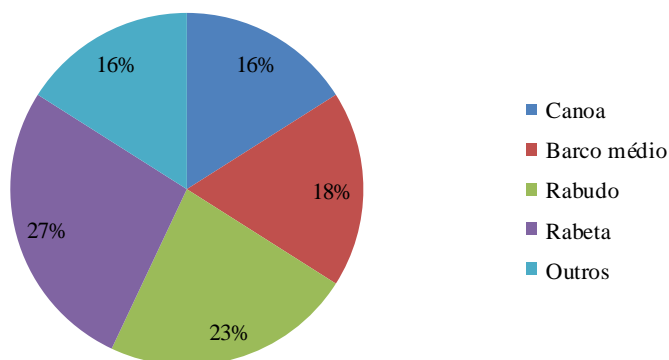
Essas transformações socioculturais e ambientais são mais visíveis nas famílias mais recentes e nos habitantes mais jovens da comunidade, devido aos membros destes grupos obterem um contato mais estreito com os centros urbanos, através de trabalhos assalariados na cidade, comercialização de produtos, ensino fora da comunidade.

No arquipélago marajoara, somente os municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, possuem acesso por estrada de asfalto e por terra, no entanto, a saída é por Belém e através de balsa até o porto de Camará, no Município de Salvaterra. O acesso aos demais municípios é por via fluvial (BARBOSA et al., 2015).

A comunidade quilombola de Gurupá fica distante, aproximadamente, 33 km da sede do município de Cachoeira do Arari por via terrestre em estradas sem pavimentação e intratáveis em época de chuvas, fazendo com que durante alguns meses do ano a única forma de acesso à comunidade seja por meio do Rio Arari e do Rio Gurupá. Essa distância é a mesma em linha reta para a capital Belém (ACEVEDO; CASTRO, 2008).

Com base nos tipos de transporte utilizados na comunidade (Figura 2), as análises demonstraram que a canoa ou casco, embarcações simples, leves e de pequeno porte, construídas a partir de troncos de árvores escavados, e movidas geralmente por remo de madeira, corresponde a 16% do transporte dos entrevistados.

Figura 2. Tipos de transporte utilizados na comunidade remanescente de quilombo Rio Gurupá, Marajó, Pará



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Os que utilizam barco de médio porte correspondem a 18%. Essas embarcações são geralmente utilizadas tanto para o transporte de mercadorias para a comunidade, como alimentos e até mesmo outros produtos de uso cotidiano da população, quanto para o escoamento de mercadorias para comercialização (açai, farinha, pescados e frutas) nos centros urbanos próximos e em comunidades vizinhas.

A embarcação conhecida como rabudo consiste em uma canoa de médio porte feita de madeira tendo um motor acoplado em seu leme, que lhe garante velocidade. É um meio de transporte utilizado por 23% dos entrevistados. Essa embarcação tem a capacidade de transportar mais pessoas que a canoa simples, no entanto, por ter um motor exposto, representa uma embarcação que oferece riscos aos condutores, sejam eles experientes ou não em seu manejo.

A rabeta configura-se em uma pequena canoa de madeira, com motor acoplado em seu leme, mecanismo

semelhante ao do rabudo, e representa o veículo mais usado pela comunidade 27%, já que, trata-se de uma embarcação rápida e muito útil para cruzar distâncias consideráveis, em um intervalo de tempo relativamente curto e com capacidade de acomodar de 3 a 4 pessoas, também sujeita os condutores a riscos, se não manuseado com responsabilidade.

Os que utilizam outros tipos de transporte para a sua locomoção no território, equivalem a 16%, sendo que estas maneiras são feitas por bicicletas, motocicletas e caminhões. A utilização de um determinado veículo, não anula o uso de outro transporte. A partir dos resultados, percebe-se que o transporte hidroviário se configura como a alternativa de locomoção mais prática para a comunidade, pois permite ligações entre comunidades vizinhas e até mesmo dentro de municípios que não possuem malhas rodoviárias que alcancem os territórios mais distantes do centro urbano.

Vale frisar que o transporte fluvial exerce função importante no desenvolvimento da região, gerando benefícios nos aspectos econômicos, sociais e ambientais do território. No entanto, este modo de transporte ainda sofre com a falta de condições mínimas para utilização do mesmo em sua total capacidade, como citado por Barbosa et al. (2015).

Assim, o que se observa em grande parte das comunidades, tanto rio acima quanto abaixo da Amazônia, é a ausência de fiscalização dessas embarcações e portos adequados que prestem serviço às populações ribeirinhas da região. Fato que aumenta os riscos a segurança que estes meios podem acarretar aos usuários, que muitas das vezes dependem unicamente destes transportes para a sua locomoção diária.

A comunidade Gurupá, por se interligar quase que exclusivamente por via fluvial, está sujeita à ocorrência de diversas situações, intimamente ligadas ao uso dessas embarcações. Desde os riscos ligados a integridade física do usuário, como os casos de escarpelamento nos rios amazônicos, que acometem em sua maioria mulheres, e, até mesmo, mutilações, devido ao descuido no manuseio do

Questão fundiária

A posse de uma propriedade é um fator importante para assegurar-se quanto dono legítimo de uma residência ou lote (área de cultivo) e influenciar os aspectos históricos, sociais e econômicos de uma comunidade. Os entrevistados foram questionados sobre a situação do domicílio em que residem.

A pesquisa revelou que 92% apresentava domicílio próprio. Quanto aos que apresentavam domicílio cedido ou estavam tomando conta por um período, a pesquisa demonstrou 3%, já para os que apresentavam domicílio alugado, obteve-se uma parcela de 2% dos entrevistados.

Muitos fatores levam à escolha de um determinado lugar para o estabelecimento de uma residência e base familiar, tais como: facilidade de locomoção para outras localidades, disponibilidade de fauna e flora ou mesmo a própria necessidade de um lugar para efetivar residência. Quanto às causas que fizeram com que a localidade fosse escolhida para o estabelecimento de moradia, as análises demonstraram que o critério de herança familiar (pais moravam na área) foi o que correspondeu à maior percentual, com 58% dos entrevistados, caracterizando assim, a condição de território remanescente quilombola.

motor ao utilizar-se dessas pequenas embarcações, rabetas e rabudos.

No âmbito econômico, está diretamente relacionado na possibilidade de escoamento da produção deste produtor, que pode ou não ter um transporte hidroviário para escoar a sua produção. Em muitas situações, pode ocorrer o fato de o produtor não possuir embarcação própria, dependendo assim, da atuação de um atravessador, para executar a circulação do seu produto, o que ocasionará no encarecimento do produto final e até mesmo na diminuição da renda líquida final deste produtor.

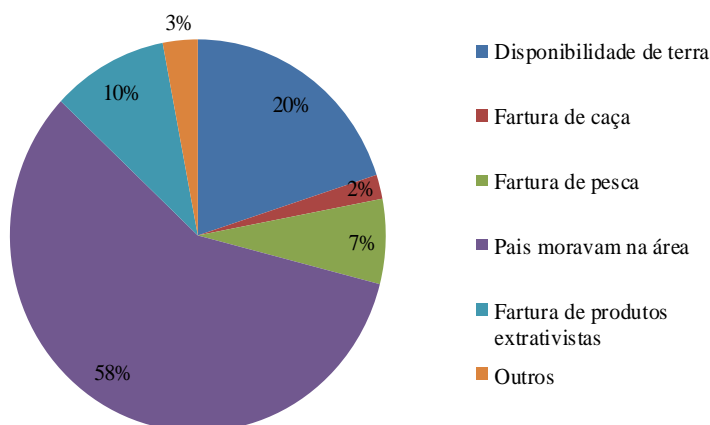
Logo, o desenvolvimento socioterritorial desta comunidade e da região a qual pertence, passa diretamente pela atuação efetiva e participante, de diversas esferas do governo, desde a municipal até a federal, na ampliação de fomento a tecnologias adaptadas às peculiaridades da região. Com a consciência do papel fundamental que a hidrografia amazônica desenvolve para as populações tradicionais, e no papel socioeconômico da liberdade de circulação da econômica local e na garantia do acesso à cidadania, na utilização do transporte fluvial com dignidade.

A disponibilidade de terra foi outro fator de atração para este espaço territorial, sendo que 20% dos entrevistados indicaram este o fator determinante para a sua escolha. Consistindo que esses 20% já possuíam base familiar ancestral na comunidade, sendo esses, filhos de moradores antigos da comunidade, que iniciaram o desligamento familiar com os pais e constituíram suas próprias unidades familiares em outras localidades dentro do espaço territorial da comunidade.

A abundância de caça foi opção atrativa para 2% dos entrevistados, em virtude da aptidão natural para o desenvolvimento de organismos para fauna terrestre, característica da região amazônica. Ademais, 7% indicaram a fartura de pescado como principal característica para escolher a área de vivência.

A presença de inúmeras espécies frutíferas extrativas como o açaí (*Euterpe oleracea Mart*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), bacaba (*Oenocarpus bacaba Mart*), muruci (*Byrsonima carssifolia*) e de espécies de importância medicinal e madeireira, foi o fator de escolha da área para 10%, enquanto os que responderam que a escolha foi devido a outros motivos, como por exemplo, falta de opção na cidade, corresponderam a 3% (Figura 3).

Figura 3. Motivo da escolha da localidade pelos habitantes da comunidade remanescente de quilombo Rio Gurupá, Marajó, Pará



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Vale destacar que as relações de poder construídas pelas oligarquias fazendeiras do arquipélago do Marajó proporcionaram a existência de documentos duvidosos resultantes de processos de regularização fundiárias, por vezes imprecisos (ACEVEDO; CASTRO, 2008), questionando a legitimidade da reivindicação dos quilombolas sobre o território tradicionalmente ocupado.

Esta afirmação reflete no processo de regularização das terras quilombolas, sendo que de acordo com a pesquisa, 55% dos entrevistados afirmaram que a terra não está regularizada, mostrando que a legitimação da posse da terra ainda é um entrave ao desenvolvimento da comunidade. Certamente, essa realidade reflete no estabelecimento das famílias na localidade e gera um ambiente de incertezas, tensões e expectativa pelos moradores por uma resposta do poder judiciário sobre a legitimidade do território.

Note-se que a comunidade Rio Gurupá até o momento é a única comunidade certificada e reconhecida como território remanescente de quilombo do município de Cachoeira do Arari, sendo esta certificação efetuada pelo órgão palmares, e publicada em 06 de setembro de 2010.

A situação jurídica atual da comunidade encontra-se estagnada na portaria de reconhecimento do Diário Oficial da União (DOU), no qual estão sendo analisados a documentação da comunidade e o recurso jurídico de uma fazenda que alega ter posse de mais de dois mil hectares presente no território, e que almeja a titulação.

Esta realidade corrobora com Brandenburg (2010), ao analisar que a ruralidade não pode ser tratada sem analisar o histórico da ocupação do território, suas formas sociais de produção e de organização social. No Brasil, assim como no Rio Gurupá, a história da ocupação do território, até o momento, foi de reivindicações e tensões sociais, em que a grande propriedade foi privilegiada.

Quanto aos conflitos, vale frisar que as ameaças territoriais não se restringem mais apenas aos fazendeiros em território quilombola. Acevedo e Castro (2008) destacam que nos últimos anos, a implantação de grandes extensões de produção de arroz no município de Cachoeira do Arari tem gerado disputas pelas terras quilombolas, aliado ao aumento do desmatamento, da alteração de rios e córregos para a irrigação e, da escassez do camarão e do peixe. Ademais, o aumento da densidade populacional no município tem feito com que pessoas procurassem se instalar nas colônias rurais no entorno dos quilombos.

Ainda, se podem citar impactos socioambientais dentro da comunidade, por exemplo, um porto irregular que foi construído no território da comunidade, além de madeira

ilegal que vem sendo extraída nas áreas de mata e outros recursos naturais que também estão sendo objeto da atuação de pessoas que não pertencem à comunidade Gurupá. Essa problemática decorre da falta de titulação da área que fica vulnerável a maior degradação ambiental, reduzindo a possibilidade de auferirem maiores rendas pelo aumento de produtividade da terra.

Sistema de produção e comercialização

Analisando as principais atividades desenvolvidas pelos produtores nos períodos de maior e menor incidência de chuvas na região, também conhecidos como inverno e verão amazônicos, pode-se constatar que nos primeiros meses do ano, janeiro a maio (inverno), quase toda a produção é voltada para a subsistência, já que ocorre a entressafra do açaí, período que coincide com defeso do pescado.

Nesse período, a produção de açaí reduz drasticamente, sendo a atividade desenvolvida por apenas 30,76% dos entrevistados. Nesse mesmo período, o extrativismo do pescado é desenvolvido por 41,02% dos entrevistados. Esse percentual se justifica pela carência de açaí na dieta e na economia dos moradores, o que faz com que se pesque mais para garantir tanto a alimentação quanto renda para as famílias.

A principal atividade desenvolvida nesse período foi decorrente da captura do camarão para 61,53% dos entrevistados, tendo em vista que o camarão se apresenta em grande quantidade no estuário marajoara, devido a sua rápida reprodução e pelo fato do mesmo não apresentar o período de defeso, como é o caso do pescado.

Os meses de junho a dezembro (verão) é caracterizado pela redução do período chuvoso, sendo o período de safra do açaí. Esta atividade é realizada por 89,74% dos entrevistados, reforçando-se o fato dessa cultura se configurar como a principal atividade produtiva das comunidades tradicionais da Amazônia, em seu período de safra.

O extrativismo dos recursos pesqueiros também é realizado pelos moradores da localidade entre os meses de junho a dezembro, sendo a pesca artesanal realizada por 33,33% e a captura do camarão por 30,76% para o consumo familiar e comercialização.

Outras atividades com remuneração foram apontadas por 43,58% dos entrevistados, sendo elas a comercialização das criações animais (aves, suínos, caprinos bubalinos, bovinos) e o extrativismo de outros produtos como Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), Bacuri (*Platonia insignis*) e Andiroba (*Carapa guianensis*) (Tabela 4).

Tabela 4. Atividades desenvolvidas (%) pelos produtores por períodos estacionais na comunidade remanescente de quilombo Rio Gurupá, Marajó, Pará

Atividades	Janeiro a Junho (Inverno)	Junho a dezembro (Verão)
Açaí	30,76	89,74
Pesca	41,02	33,33
Camarão	61,53	30,76
Outras*	43,58	43,58

Na comunidade, 34% dos produtores utilizam áreas de terra firme para produção de produtos como mandioca (*Manihot esculenta*), macaxeira (*Manihot palmata*), feijão-caupi (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.), milho (*Zea mays*), banana (*Musa spp.*), dentre outros. Destaca-se que a área de terra firme oferece as condições físicas para o cultivo desses

produtos em detrimento das áreas de várzeas, que se encontram constantemente úmidas devido o fenômeno de enchente e vazante dos rios.

A área de capoeira é cultivada por 17% dos produtores familiares. Nessas áreas são realizados os roçados, com espécies como a melancia (*Citrullus lanatus*), maxixe

(*Cucumis angaria*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*), abacaxi (*Ananas comosus*), dentre outras de importância alimentícia, que variam conforme a escolha do produtor.

Em relação a principal atividade econômica da comunidade, 28,21% dos entrevistados afirmou fazer a extração do açaí nativo da região, e, a maioria (71,79%), revelou se tratar de um açaí plantado (de origem nativa da região) pelos produtores da localidade, de acordo com os dados da pesquisa.

A média de touceiras por produtor foi de aproximadamente 265 em uma área média de 1,5 ha. A média de estipes de açaí foi de quatro plantas por touceira. Cada produtor entrevistado tem em média 1.060 estipes (plantas) de açaí em sua área, se configurando como uma espécie de grande expressão econômica para o território em questão.

Na safra, a quantidade colhida por dia é, em média, de 10 plantas/pessoa, sendo no geral coletados 112 kg/dia. Como se trata de um trabalho árduo, geralmente requer a presença de mais de uma pessoa, principalmente, no período de safra onde ocorre a maior comercialização do produto.

Com relação aos produtores que contratam mão de obra para a realização das principais atividades relacionadas ao manejo da cultura, o diagnóstico demonstrou que 15,38% contratam mão de obra de fora da família para atividades de limpeza da área, desbaste das touceiras para a eliminação do excesso de brotações e colheita do fruto.

Analisando os preços praticados na localidade, o do fruto de açaí comercializado nas rasas, foi em média de R\$ 9,50 do produto comercializado na safra e R\$ 24,80 para a entressafra. O que demonstra uma produção sazonal de açaí na comunidade, desempenho semelhante ao da maioria dos municípios do estado.

Os entrevistados que comercializam o pescado, representam 33,33% dos entrevistados, sendo que a média do preço do produto na safra foi de R\$ 5,22, com preços variando entre R\$ 2,50 a 6,00 o quilo, não possuindo dados monetários para o período de defeso do pescado.

Os que comercializam camarão representam 30,76% dos entrevistados. O preço foi em média de R\$ 4,70 na safra com preços variando entre R\$ 3,00 e 6,00 reais, na entressafra o preço médio foi de R\$ 8,00 com preços variando entre R\$ 4,00 e 10,00 reais.

O consumo de peixe, açaí e camarão pelas famílias foi outro item avaliado, tendo em vista que estes alimentos representam a base da alimentação das comunidades tradicionais da Amazônia. As análises demonstraram que o consumo de açaí foi em média 3 litros/dia/família. A quantidade consumida de peixe foi de 1,50 kg/dia/família e o consumo diário de camarão foi de aproximadamente 1 kg/dia/família.

Quanto à forma de pagamento na comercialização dos produtos (peixe, açaí, camarão e outros produtos), as análises demonstraram que 90% responderam que o pagamento é efetuado em dinheiro, na entrega do produto, nos centros comerciais da região metropolitana e nas comunidades vizinhas, ou em negociação com os atravessadores ou meeiros, que são pessoas que comercializam esses produtos, geralmente, também nas áreas urbanas da região metropolitana e do distrito de Icoaraci.

Os que afirmaram que o pagamento desses produtos já estava comprometido com dívidas com mercadorias, como produtos alimentícios, produtos de limpeza e de uso diário, correspondem a 8% e, apenas 2% comercializa sua mercadoria na forma de dinheiro parcelado.

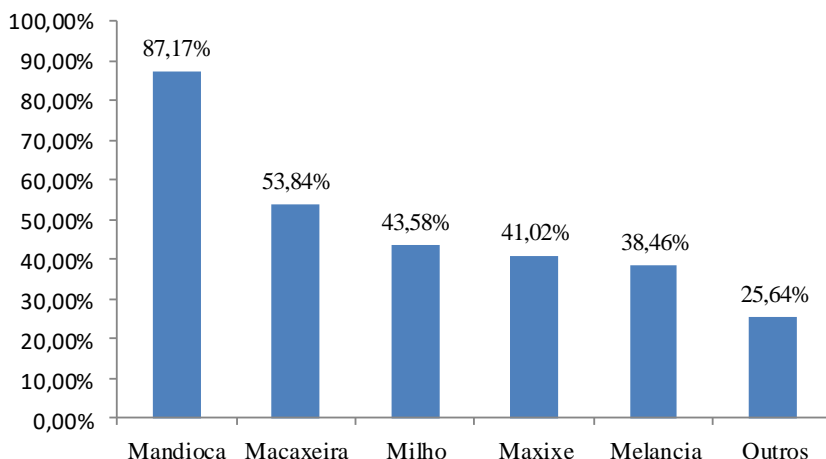
Ainda com relação aos atravessadores, os mesmos apresentam um caráter dual dentro do sistema de comercialização desses produtos. De um lado, os mesmos se configuram como uma ameaça dentro do sistema produtivo dessas comunidades tradicionais amazônicas, devido estipularem os preços dentro dessa negociação, comprando esses produtos por valores bem abaixo do que é vendido nos centros urbanos, o que causa de certa forma um desestímulo a essa produção; por outro lado, é a única fonte de escoamento da produção da maioria dos produtores agroextrativistas da Amazônia.

Dentre os que apresentam roçado, o percentual foi de 51% e o tamanho médio do roçado foi de 0,11 ha. Estes roçados em sua maior parte são desenvolvidos por meio de agricultura itinerante, que se constitui pela prática de corte e queima da vegetação e, logo depois, cultivados. Conforme Santos e Mitja (2012), na região Amazônica, normalmente, os sistemas são tradicionais e estão baseados no processo de corte e queima, com plantio de culturas anuais (SANTOS; MITJA, 2012), sendo uma situação que muitas vezes decorre das dificuldades técnicas dos produtores. No Rio Gurupá, a análise mostrou que 76% dos produtores utilizam essa técnica para aperfeiçoar o uso do solo.

A agricultura local tem por características pouca ou nenhuma utilização de maquinário agrícola. Os mesmos não utilizam defensivos agrícolas no cultivo de suas hortaliças e frutas, além de pouco acesso a recursos, como o crédito, para o desenvolvimento rural. A análise da agricultura de base familiar em Rio Gurupá mostrou que a mesma se caracteriza pelo cultivo de mandioca (*Manihot esculenta* L.), melancia (*Citrullus lanatus*), macaxeira (*Manihot palmata*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*), milho (*Zea Mays*), abóbora (*Cucurbita sp.*), arroz (*Oryza sativa* L.), abacaxi (*Ananas comosus*), feijão-caupi (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.), maxixe (*Cucumis angaria*) e outros, como batata doce (*Ipomoea batatas*), pimentinha (*Capsicum sp.*) e frutas como goiaba (*Psidium guajava*), graviola (*Annona muricata*), banana (*Musa spp.*) e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*).

A mandioca é o principal produto, sendo cultivado por 87,17% dos produtores, pois seus derivados geram como subprodutos a bebida conhecida como tucupi, além da extração de sua fécula para a fabricação de farinha de tapioca e da farinha comum, também chamada de farinha d'água e goma para o preparo do tradicional beiju ou tapiquinho.

A macaxeira é a segunda cultura mais cultivada na localidade, sendo cultivada por 53,84% dos entrevistados, seguido do cultivo do milho com 43,58%. Logo após, vem o maxixe, com 41,02%, muito apreciado na composição dos pratos da comunidade. A melancia corresponde a 38,46% da produção. Os produtores também realizam outros cultivos como a batata doce, a pimentinha e frutas como goiaba, cupuaçu e banana, que representam 25,64% desta produção (Figura 4).

Figura 4. Principais culturas e sua frequência de produção na comunidade remanescente de quilombo Rio Gurupá, Marajó, Pará

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Organizações do trabalho e relações de gênero

A divisão do trabalho em unidades familiares é regida por uma forte dependência da mão de obra familiar e pela própria distribuição do trabalho interno e externo, desenvolvido na unidade de produção e fora desta. Sendo assim, a unidade familiar executa todas as atividades relacionadas às fases da produção que são desenvolvidas no lote, compreendo que cada membro familiar, desempenha uma ou múltiplas funções, algumas separadas por gênero, idade ou até mesmo cuidado de manuseio.

Quanto à dinâmica familiar nas principais atividades da produção extrativista do açaí, como: limpeza, raleamento da vegetação, desbaste, colheita, debulha, armazenamento, preparo e comercialização do vinho, a pesquisa na comunidade Gurupá, aponta que as atividades referentes à limpeza e raleamento da vegetação são realizadas em 95% por homens, uma vez que esta se configura como uma atividade que requer bastante esforço e habilidade física, assim como o desbaste das touceiras, com 95% de participação masculina.

A colheita é outra atividade que requer força e habilidade por parte de quem a esteja realizando, tendo em vista os perigos que oferece à vida de quem a realiza, uma vez que os estipes de açaí nativo das várzeas amazônicas apresentam altura elevada (12 metros) e espessura fina podendo se partir com o peso do operador. Nesta etapa são priorizados os homens de menor porte físico, em 95% dos casos.

A debulha é um processo importante e que requer vários cuidados com o fruto para que o mesmo não se contamine

com os microrganismos do solo. É importante também que se observe a presença de possíveis insetos que fiquem aderidos ao cacho, principalmente, o besouro conhecido como barbeiro, transmissor da doença de Chagas. Nesta atividade, a maior participação é feminina, com 77,5%, devido a definições atribuídas às características femininas, como o cuidado com o manuseio, paciência, sensibilidade, atenção, dentre outras características relacionadas ao gênero.

O armazenamento é outra atividade com predominância masculina (82,5%). Como o açaí *in natura* é um produto perecível, após ser colhido o mesmo é armazenado nas rasas de arumã (*Ischnosiphon* spp.) no local de colheita ou na residência do produtor, para ser comercializado no outro dia. As mulheres representam apenas 10% nessa análise, crianças e adolescentes contribuem em 7,5%.

A predominante participação masculina se faz presente também na comercialização (95%), por ser uma atividade que resulta frequentemente em viagens de grandes distâncias até os portos da região metropolitana de Belém e do distrito de Icoaraci. A mulher tem pouca participação nesta tarefa (5%), pois, na maioria dos casos, fica encarregada das atividades do lar e da administração da propriedade, não se tendo registro da participação de crianças e adolescentes, pois na maioria dos casos, ficam incumbidas de seus deveres escolares.

A preparação do vinho do açaí tanto para o consumo familiar, quanto para a comercialização em pequenos pontos de venda na própria comunidade ou domicílio é em sua maioria realizada pelas mulheres, com 95% de participação, com pouca participação masculina de 2,5% e, crianças e adolescentes que representam 2,5% (Tabela 5).

Tabela 5. Divisão das atividades desenvolvida por membros da família na comunidade remanescente do quilombo Rio Gurupá, Marajó, Pará

Atividade	Homem	Mulher	Crianças/Adolescentes
Limpeza e raleamento da vegetação	95	2,5	2,5
Desbastes das touceiras	95	2,5	2,5
Colheita	95	2,5	2,5
Debulha	10	77,5	12,5
Armazenamento	82,5	10	7,5
Comercialização	95	5	-
Preparação do vinho	2,5	95	2,5

Vale frisar que este resultado é diferente do estudo de Silva, Mielitz Netto e Silva (2013), na Praia Grande, Santa Catarina, que constatou a diminuição do trabalho feminino à medida que aumenta a especialização produtiva. No caso da comunidade Gurupá, a agregação de valor ao açaí retira mão de obra masculina e incorpora, sobremaneira, a participação das mulheres à atividade de produção, destacando sua relevância nessa etapa da atividade produtiva.

Associativismo, assistência técnica e crédito

O associativismo rural é uma alternativa para que os pequenos produtores possam vencer as dificuldades de isolamento e passem a melhorar sua atuação no mercado e, por conseguinte, seu desempenho econômico, favorecendo a permanência das populações no espaço rural e contribuindo para melhoria de sua qualidade de vida (TONIASSO et al., 2007; SANGALLI et al., 2015).

Quanto à organização social dos produtores entrevistados, os dados demonstraram que 71,79% dos entrevistados estão organizados socialmente de alguma forma. Desse montante, 48,71% está organizada na Associação dos Remanescentes do Quilombo do Gurupá (ARQUIG), aberta no dia 25 de Julho de 2003, que funciona como um mecanismo de articulação para a melhoria das atividades produtivas e comerciais da localidade. Outra forma de organização é a Colônia de Pescadores, em 23,08% dos casos pesquisados.

Com relação à frequência de participação em reuniões, os entrevistados afirmam em 33,33% que participam mensalmente das reuniões, 23,07% apenas anualmente e, 10,25% de forma esporádica. Sem dúvida, apesar de grande parte de esses produtores estarem organizados, a falta de assiduidade da maioria deles demonstra o pouco interesse pelas questões decididas nas assembleias, além da falta de entendimento dos objetivos das organizações sociais, levando muitas vezes ao seu descrédito como instrumento de reivindicação e representação da coletividade na promoção do desenvolvimento rural.

A deficiência no acesso à assistência técnica por produtores rurais na Amazônia se configura como um fator que limita o desenvolvimento da agricultura e pecuária nessa região, bem como o desenvolvimento das cadeias produtivas de importância para o estado. Na localidade, 82% dos pesquisados responderam não recebem nenhuma forma de assistência para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, enquanto que apenas 18% responderam receber assistência técnica de órgãos como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), por exemplo.

Isso mostra que a comunidade apesar de estar a 45 km do centro do município, ainda sofre com a carência de informações relacionadas ao uso da terra, tanto para fins agrícolas quanto ao uso da floresta e de seus recursos naturais, sendo que estes são fundamentais para a sua sobrevivência na região.

A carência de assistência técnica oficial no estado do Pará tem sido uma problemática apontada em outros trabalhos, como por exemplo Oliveira, Silva e Almeida (2015) e um desafio das políticas de desenvolvimento regional conforme pontam Ferreira, Rebello e Oliveira (2014).

Dentre os que receberam qualificação técnica, 51,29% dos entrevistados responderam estar participando de curso de manejo de açais promovido pela universidade, o que estava

ocorrendo por ocasião da pesquisa de campo. Os demais (48,71%) responderam não ter participado de nenhum curso de qualificação técnica. Esses dados refletem o baixo nível de incorporação tecnológica por esses produtores, sendo este outro fator que restringe o desenvolvimento nessa localidade.

Quanto aos que já haviam participado de algum curso de qualificação gerencial ou organizacional (controle de custo), 41,03% responderam que sim, enquanto que a maioria (58,97%) respondeu nunca ter participado.

O acesso a crédito no meio rural é de fundamental importância para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, saldo de dívidas, aquisição de bens materiais e serviços que são indispensáveis no cotidiano das comunidades rurais no Brasil.

Com relação ao acesso ao crédito, na comunidade a grande maioria (82,05%) respondeu não ter tido acesso a financiamentos.

Dentre os que tiveram acesso ao crédito, a grande maioria (57,15%) respondeu ser de crédito intermediário que consiste no crédito concedido por pessoa física (capital de terceiros), com valores de empréstimo que variaram entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00. Esses valores foram suficientes para suprir as necessidades de 90% dos entrevistados. Com relação à quitação desses valores, todos os entrevistados responderam que estavam conseguindo pagar, não havendo devedores aos órgãos financiadores desses empréstimos.

CONCLUSÕES

A comunidade tem como base econômica principal o extrativismo marcado pela sazonalidade nos períodos de maior e menor incidência de chuvas, os benefícios governamentais de repasse de renda (Bolsa Família, Seguro Defeso) que essas pessoas conseguem garantir uma renda capaz de suprir suas necessidades do cotidiano.

A comunidade apresentou baixo nível educacional, pouca infraestrutura local, e carência de serviços básicos de saúde, saneamento, água tratada, luz elétrica e transporte que se configuram como barreiras para o desenvolvimento dessa região.

A dinâmica territorial de Rio Gurupá mostrou que o fator preponderante para a permanência e ampliação das famílias na localidade foi devido à herança familiar, reafirmando aspectos particulares de uma comunidade tradicional.

O sistema de produção e comercialização mostra que a economia da comunidade se baseia na extração de frutos do açaí, da pesca e da coleta do camarão, sendo esses produtos comercializados com valores que variam de acordo com os seus períodos de safra e entressafra. A comunidade está organizada socialmente na forma de associação, a Associação dos Remanescentes do Quilombo do Gurupá (ARQUIG) que funciona como um mecanismo de articulação para a melhoria das atividades produtivas e comerciais da localidade.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, M. R. E.; CASTRO, E. M. R. Território Quilombola nos rios Arari e Gurupá: Sistemas de uso, conflituosidade e poder em Cachoeira do Arari-Pará. Belém: UNAMAZ, 2008.

- ALVES; K. dos S.; MOTA, D. M. da. Organização do trabalho familiar do espaço rural paraense: Novos arranjos na organização do trabalho e na gestão das unidades de produção. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.2, p.191-215, Julho a Dezembro de 2012.
- BARBOSA, L. T. dos S.; SANTOS, J. T. de A. N.; KUWAHARA, N. Revisão Sistemática da Literatura Científica sobre Transporte Hidroviário no Estado do Amazonas. Scientia Amazonia, v. 4, n.3, p. 01-12, 2015.
- BRANDEMBURG, A. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. Ambiente & Sociedade, Campinas, v.13, n. 2, p. 417-428, julho a dezembro de 2010.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07/02/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm
- FERREIRA, W. C.; REBELLO, F. K.; OLIVEIRA, C. M. Assistência técnica e extensão rural na Amazônia: histórico, desafios e proposições. Amazônia (Banco da Amazônia. 2005), v. 9, p. 59-78, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 05 de Junho de 2015.
- INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA. Territórios Quilombolas. Belém: ITERPA, 2009.
- OLIVEIRA, C. M.; SILVA, R. O.; ALMEIDA, R. H. C. Diversificação produtiva, reprodução socioeconômica e mulheres no assentamento periurbano Mártires de Abril – Pará. Nucleus, v.12, n.1, p. 253-266, abril de 2015.
- QUARESMA, A. P.; ALMEIDA, R. H. C.; OLIVEIRA, C. M.; KATO, O. R. Composição florística e faunística de quintais agroflorestais da agricultura familiar no nordeste paraense Revista Verde (Pombal - PB - Brasil), v. 10, n. 5 (especial), p. 76 - 84, Dezembro de 2015.
- SANGALLI, A. R.; SILVA, H. C. H.; SILVA, I. F.; SCHLINDWEIN, M. M.; Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 17, n. 2, p. 225-238, abril a junho de 2015.
- SANTOS; A. M. dos; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. Interações, v. 13, n. 1, p. 39-48, janeiro a junho de 2012.
- SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA – SIAB. DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS - DATASUS. Dados do Marajó. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/siab.php>. Acesso em: 01 de junho de 2016.
- SILVA, T. M.; MIELITZ NETTO, C. G. A.; SILVA, L. X. Processo de reprodução social da agricultura familiar em Praia Grande (SC): dinâmicas demográficas e ocupacionais. Estud. Soc. e Agric, v. 21, n. 1, p. 58-83, 2013.
- TONIASSO, H. R.; SOUZA, C. C.; BRUM, E.; FIGUEIREDO, R. S. Agricultura familiar e associativismo rural – o caso associação Harmonia de agricultura familiar de Mato Grosso do Sul e a sua Sustentabilidade. Informe Gepec, v. 12, n. 2, p. 1-10, julho a dezembro de 2007.